



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**As garantias processuais em face da Convenção Americana dos
Direitos Humanos**

Docentes: Prof. André Carvalho Ramos

Prof. Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró

Prof.^a Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Prof.^a Marta Cristina Cury Saad Gimenes

Seminário

Direito à prova

Vitor Souza Cunha – nº USP 11738445

Thiago Colnago Cabral – nº USP 8378160

1 – COLOCAÇÃO DOGMÁTICA DO TEMA

1.1 Prova e verdade no processo equitativo (*giusto processo*)

1.1.1 Declaração Universal dos Direitos do Homem

1.1.2 Pacto Internacional de Direitos Civis

1.1.3 Convenção Europeia de Direitos Humanos

1.1.4 Convenção Americana de Direitos Humanos

1.2 Prova e epistemologia

1.3 As acepções do termo *prova*

1.4 Direito à introdução do material probatório

2 – CORTE IDH: CASO RICARDO CANESE VERSUS PARAGUAI

2.1 O litígio local e suas características: o cenário

2.2 Questões convencionais paralelas

2.3 Especificamente quanto ao direito à prova

2.3.1 A controvérsia



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 2.3.2 A legislação penal aplicável
- 2.3.3 A conclusão da Justiça Nacional
- 2.3.4 O julgamento da Corte Interamericana

3 – CORTE IDH: CASO ZEGARRA MARIN VERSUS PERU

- 3.1 Fatos relevantes do caso
- 3.2 Controvérsia
- 3.3 Questão preliminar: quarta instância
- 3.4 Análise jurídica da Corte sobre questões probatórias
 - 3.4.1 Admissibilidade de provas perante a CIDH
 - 3.4.2 Alcance do princípio da presunção de inocência e o *standard* de prova “para além de dúvida razoável”
 - 3.4.3 Valor probatório das declarações do corréu
 - 3.4.4 A inversão do ônus probatório no processo penal
 - 3.4.5 Motivação das decisões e o direito fundamental à valoração racional das provas

4 – CORTE IDH: CASO LÓPEZ MENDOZA VERSUS VENEZUELA

- 4.1 Contexto sociopolítico
- 4.2 Fatos relevantes do caso
- 4.3 Análise jurídica da Corte sobre questões probatórias
 - 4.3.1 Observância das garantias judiciais no processo administrativo sancionador
 - 4.3.2 Direito de produzir provas nos procedimentos sancionadores
 - 4.3.3 Dimensão probatória da presunção de inocência
 - 4.3.4 Desnecessidade de nova dilação probatória para a imposição de sanções
 - 4.3.5 Dimensão probatória do dever de fundamentação das decisões

5 – QUESTÕES PARA PROBLEMATIZAÇÃO

- 5.1 Há posição uniforme nas Cortes de Direitos Humanos quanto ao tema?
- 5.2 As limitações da legislação local ao direito à prova são compatíveis com as Convenções Internacionais (v.g. art. 190-bis *Codice Procedura Penale* e art. 440, §1º, CPP)?



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 5.3 As Cortes de Direitos Humanos podem alterar o julgamento nacional a partir de uma nova valoração das provas?
- 5.4 A valoração das provas pela jurisdição local pode, por si só, repercutir em violação à garantia do processo equitativo?
- 5.5 A Corte Interamericana pode definir um *standard* probatório para o processo penal?
- 5.6 O procedimento administrativo sancionador deve observar, rigorosamente, todas as limitações probatórias do processo penal?

REFERÊNCIAS:

- ABEL LLUCH, Xavier & RICHARD GONZÁLEZ, Manuel (coord.). **Estudios sobre prueba penal**. Madrid: La Ley, 2013.
- ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. **Da prova no Processo Penal**. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.
- BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no Processo Penal**. São Paulo: RT, 2003.
- _____. **Editorial dossiê “Prova penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos”**. In Revista Brasileira de Direito Processual Penal. Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan-abr de 2018, p. 43-80.
- _____. **Direito à prova e os limites lógicos de sua admissão: os conceitos de pertinência e relevância**. In Sistema penal e poder punitivo: estudos em homenagem ao prof. Aury Lopes Jr., 2015, p. 550-573.
- CAFFERATA NORES, José I. **La prueba en el proceso penal**. Buenos Aires: Depalma, 1986.
- CLIMENT DURÁN, Carlos. **La prueba penal**. Valencia: Tirant to Blanch, 1999.
- COMOGLIO, Luigi Paolo. **Le prove civili**. 2.ed., Torino: Utet, 2004.
- COSSIO, Carlos. **Teoria de la verdade jurídica**. Buenos Aires: El Foro, 2007.
- DAMAŠKA, Mirjan. **Evaluation of Evidence: Pre-modern and Modern Approaches**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- _____. **The Faces of Justice and State Authority: A Comparative Approach to the Legal Process**. Revised ed. New Haven: Yale University Press, 1991.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- _____. **El derecho probatorio a la deriva.** Madrid: Marcial Pons, 2015.
- DELLEPIANE, Antonio. **Nueva teoría general de la prueba.** 10.ed., Bogotá: Editorial Temis, 2015.
- FAÚNDEZ LEDESMA, Héctor. **El sistema interamericano de protección de los derechos humanos: aspectos institucionales y procesales.** 3.ed., San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2004.
- FERRER BELTRÁN, Jordi. **La valoración racional de la prueba.** Madrid: Marcial Pons, 2007.
- _____. **Prova e verità nel diritto.** Bologna: Il Mulino, 2004.
- GASCÓN ABELLÁN, Marina. **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la prueba.** Madrid: Marcial Pons, 1999.
- GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **Direito à prova no Processo Penal.** São Paulo: RT, 1997.
- HAACK, Susan. **Epistemology and the law evidence: problems and projects.** In Evidence Matters: Science, Proof and Truth in the Law. New York: Cambridge University Press, 2014, p. 1-25.
- _____. **Evidence matters.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- I. J. GOOD. **On the principle of total evidence,** *In The British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 17, issue 4, February 1967, p. 319–321.
- IACOVIELLO, Francesco Mauro. **La prova nel dibattito penale.** Torino: Giappichelli, 1999.
- KNIJNIK, Danilo. **A prova nos juízos cível, penal e tributário.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **As presunções e as provas. Temas de Direito Processual.** São Paulo: Saraiva, 1977, pp. 55-71.
- MOURA, Maria Thereza de Assis. **A prova por indícios no Processo Penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- NIEVA FENOLL, Jordi. **La duda en el proceso penal.** Madrid: Marcial Pons, 2013.
- _____. **La valoración de la prueba.** Madrid: Marcial Pons, 2010.
- _____. **Prueba y verdade en el derecho.** Barcelona: Marcial Pons, 2000.
- PANIGADI, Mariela & MOSMANN, María Victoria (coord.). **Problemática de la prueba.** Buenos Aires: Astrea, 2018.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7.ed., São Paulo: SaraivaJur, 2020.

REVENGA SÁNCHEZ, Miguel; VIANA GARCÉS, Andrée (Org.). **Tendencias jurisprudenciales de la Corte Interamericana y el Tribunal Europeo de Derechos Humanos**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.

SENTIS MELENDO, Santiago. **La prueba**. Beunos Aires: EJE, 1979.

SUDRE, Frédéric; MARGUÉNAUD, Jean-Pierre; ANDRIANTSIMBAZOVINA, Joël; GOUTTENoire, Adeline & LEVINET, Michel. **Les Grands Arrêts de la Cour Européenne des Droits de L'Homme**. 4.ed., Paris: Thémis Droit – PUF, 2003.

TARUFFO, Michele. **A prova**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

_____. **Uma simples verdade – o Juiz e a construção dos fatos**. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Derecho Internacional de los Derechos Humanos**. México: Porrúa e Universidad Iberoamericano, 2007.

UBERTIS, Giulio. **La prova penale. Profili giuridici ed epistemologici**. Torino: Utet, 1999.

_____. **Principi di procedura penale europea. Le regole del giusto processo**. Milano: Raffaello Cortina, 2000.

_____. *Diritto alla prova nel processo penale e Corte Europea de Diritto del'Uomo*. **Rivista de diritto processuale**. 49(2): 489/503, 1994.